

Interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras: importância e perspectivas

Comunicação apresentada na 1ª Conferência Internacional de Educação e Formação de Professores do Centro de Estudos de Educação e Ciências Pedagógicas da Escola pedagógica Lunda Norte da Universidade Lueji A' NKonde em Angola em 21 e 22 de julho de 2022

Joaquim Chihueno

Doutorando em Relações Interculturais na Universidade Aberta, Portugal;
Mestre em Linguística Africana, Docente da EPLN;
Coordenador do CEICP¹ e Chefe do Departamento de Investigação Científica e Publicações.
E-mail: bastacrer@gmail.com

Rosa Maria Sequeira

Doutora em Estudos Portugueses na especialidade de Teoria da Literatura pela Universidade Aberta;
Professora Associada da Universidade Aberta;
Vice-Coordenadora do Curso de Doutoramento em Estudo Globais
Membro do Colégio de Coordenadores do Centro de Estudos Globais
E-mail: Rosa.Sequeira@uab.pt

Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa realizada no âmbito do Doutoramento em Relações Interculturais na Universidade Aberta (UAB) Portugal e tem por objectivo abordar o desenvolvimento de competências comunicativas interculturais no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Optou-se por uma investigação hermenêutica (interpretativa) recorrendo à metodologia qualitativa baseada na análise dos recursos bibliográficos disponíveis neste domínio de conhecimento e aplicação prática. A interculturalidade é um domínio que actualmente merece muita atenção no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, na socialização aberta e na sociedade moderna de modo geral. Por conseguinte, sublinhou-se o desenvolvimento da dimensão cultural neste âmbito. Esta dimensão permite ao aluno adquirir competências tanto culturais como linguísticas para um bom relacionamento com pessoas de outras culturas, compreendendo-as e aceitando-as como referem Byram *et al.* (2002). Para além disso, o ensino intercultural estimula o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, e trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico, assumindo os conflitos que emergem deste debate no sentido de um modelo de comunicação e de negociação, reavaliando o etnocentrismo, os estereótipos e os preconceitos.

Palavras-chave: Interculturalidade, ensino/aprendizagem, língua estrangeira, competência.

¹ Centro de Estudo e Investigação em Ciências Pedagógicas

Résumé

Ce travail s'inscrit dans le cadre de la recherche menée dans le cadre du doctorat en Relations Interculturelles à l' Université Ouverte (UAB) Portugal et vise à aborder le développement des compétences communicatives interculturelles dans l'enseignement/l'apprentissage des langues étrangères. Nous avons opté pour une enquête herméneutique (interprétative) utilisant une méthodologie qualitative basée sur l'analyse des ressources bibliographiques disponibles dans ce domaine de connaissances et d'application pratique. L'interculturalité est un domaine qui mérite actuellement beaucoup d'attention dans l'enseignement/apprentissage des langues étrangères, la socialisation ouverte et la société moderne en général. Par conséquent, le développement de la dimension culturelle dans ce domaine a été souligné. Cette dimension permet à l'étudiant d'acquérir des compétences culturelles et linguistiques pour une bonne relation avec des personnes d'autres cultures, en les comprenant et en les acceptant comme rapporté par Byram et al. (2002). En outre, l'enseignement interculturel stimule le dialogue entre les différentes savoirs et connaissances, et travaille sur la tension entre l'universalisme et le relativisme au niveau épistémologique, en supposant les conflits qui émergent de ce débat vers un modèle de communication et de négociation, réévaluant l'ethnocentrisme, les stéréotypes et les préjugés.

Mots clés : Interculturalité, enseignement/apprentissage, langue étrangère

Introdução

A interculturalidade é um conceito determinante no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras actualmente no mundo globalizado. Ela refere-se à existência e interacção equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo (UNESCO, 2005). A noção da interculturalidade implica conceber a cultura, numa perspectiva antropológica, como universo de significações pertencentes a um grupo, sendo importante conceber “[...] a cultura como relação particular com o mundo de um determinado grupo, o que inclui um conjunto de normas, de valores, de modos de vida, de ritos, assim como uma língua que o grupo transmite, elementos que são constituintes da sua identidade cultural”(Clanet, 1993, p. 108).

Neste âmbito, os indivíduos e os grupos partilham com os outros a sua herança cultural, herança transmitida de geração em geração e aprendida por experiências formais e informais

ao longo do ciclo de vida. Para além da necessidade de compreensão da cultura dos vários grupos, é importante compreender a cultura em si, a noção de cultura humana que, para Devereux, deverá ser considerada “[...] como uma experiência vivida, ou seja, a maneira como cada indivíduo vive e aprende a sua cultura tanto em estado de saúde mental, como em estado de desordem” (Devereux, 1977, p. 81).

Nos dias atuais, para fazer face à heterogeneidade linguística e cultural resultante dos fluxos migratórios, os estados adoptam práticas, estratégias e políticas que pretendem dar resposta a esta nova realidade social, cultural, educacional e política. Em contexto educacional, verifica-se a presença de estudantes e professores originários de diferentes culturas, portadores de outros costumes e línguas e que afluem às instituições de ensino e partilham espaços, actividades e o quotidiano. Num ambiente multicultural, podem surgir constrangimentos na relação entre indivíduos e grupos de diferentes culturas de origem, devido ao medo arraigado em cada um perante o diferente. De acordo com Moscovici (2015) citado em (Ramos, 2011, p. 7):

Pessoas que pertencem a outras culturas nos incomodam, pois estas são como nós e, contudo, não são como nós podemos dizer que elas são "sem cultura", "bárbaros", "irracionais", etc. (...) "não familiar" atrai e intriga as pessoas e comunidades (...). O medo do que é estranho (ou dos estranhos) está profundamente arraigado em cada um de nós.

Na visão de Ramos (2013, p. 343), “a promoção de estratégias e de políticas adequadas, aquisição e o desenvolvimento de competências interculturais são objectivos fundamentais para viver, comunicar e fazer face à diversidade e complexidade que caracterizam o tecido social e cultural de hoje”. Por seu turno, o artigo 2.º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos norteia:

para estabelecer um equilíbrio sociolinguístico satisfatório, ou seja, a articulação adequada entre os direitos destas comunidades e destes grupos linguísticos e os das pessoas que os compõem, há que ter em conta, além dos seus antecedentes históricos e da sua vontade democraticamente expressa, factores que podem aconselhar um tratamento compensador que permita restabelecer o equilíbrio: o carácter forçado das migrações que levaram à coabitação de diferentes comunidades e grupos, ou o seu grau de precariedade política, socioeconómica e cultural (UNESCO, 1996).

Ensino de línguas estrangeiras

No mundo contemporâneo, o ensino de línguas tem a responsabilidade de preparar os alunos para a interacção com pessoas de outras origens culturais, ensinando-lhes competências e atitudes para além de simples conhecimentos ressaltam (Byram & Wagner, 2018).

O n.º 6 das linhas gerais da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural recomenda “fomentar a diversidade linguística — respeitando a língua materna em todos os níveis da educação, onde quer que seja possível, e estimular a aprendizagem do plurilinguismo desde a mais jovem idade” (UNESCO, 2002). Em contexto angolano, as línguas nacionais, bem como as estrangeiras consideradas de comunicação internacional, são valorizadas e promovidas no estudo e no ensino conforme o artigo 9.º e 16.º alterado, da Lei n.º 32/20, Lei de Bases do Sistema de Educação.

Por seu turno, a União Europeia, no que lhe concerne, tem promovido no quadro das suas políticas a diversidade linguística e cultural no intuito de construir uma identidade europeia. O Conselho Europeu tem se concentrado na construção de consensos sobre os objectivos e princípios orientadores para o ensino das línguas. A finalidade deste consenso é de adaptar o ensino das línguas às necessidades do mundo contemporâneo através dos seus programas de actividades e publicações. Esta tradição e as suas iniciativas incluem o Quadro Europeu Comum para as Línguas (QECR), publicado em 2001, que fornece orientações para o ensino, a aprendizagem e a avaliação e mais recentemente o Volume de Acompanhamento sobre Mediação Intercultural publicado em 2018.

Outro elemento essencial adicionado a este quadro é a Carteira Europeia de Línguas (CEL) ou Europass, que permite aos alunos organizar e reflectir sobre a sua aprendizagem, medir e descrever as suas competências à medida que progredem na sua biografia de aprendizagem de línguas. Neste âmbito, Araújo (2012, p. 5) defende que para uma cidadania europeia que tem uma lógica de mercado, é necessária a alteridade e a identidade numa relação social com o Outro que também é pressuposta no plurilinguismo.

No ensino de línguas estrangeiras, Neuner (2003) concentrou a sua atenção no exame de dois aspectos complementares: o ensino de conteúdo sociocultural e o conhecimento do mundo estrangeiro. Quanto ao primeiro aspecto referenciado, pode verificar-se nos manuais oficiais escolares utilizados no ensino das línguas modernas, sobretudo a apresentação de informações conformes a uma visão pré-concebida do mundo da língua-alvo ou pelo menos distanciada. Neuner afirma que “quando se ensina uma língua estrangeira, não se entra em contacto directo com o ‘mundo real’ da língua-alvo, mas com o mundo que não se pode ver ou ouvir”. (p. 17)

O segundo aspecto, o conhecimento do mundo estrangeiro, não deixa de conter uma perspectiva pessoal e uma percepção do mundo pelo aprendente como é representada na sua imaginação, isto é, não deixa de remeter para as suas próprias concepções mentais e imagens instáveis do universo estrangeiro. O processo de aprendizagem da língua-alvo contém também a experiência adquirida fora da sala de aula e não apenas o que os manuais apresentam.

Nesta questão, Byram *et al.* (2002) colocam ênfase na noção da “dimensão intercultural” no que respeita aos aspectos abstractos e teóricos no ensino de línguas estrangeiras, sugerindo, ao invés, experiências em sala de aula baseadas na colocação de perguntas e problemas em forma de fórum (FAQ). Deste modo estes problemas e questões forneceram informações através da prática no contexto da realização do ensino.

A dimensão intercultural não traz consigo o método de ensino mas permite um diálogo esclarecido entre indivíduos de identidades sociais diferentes e, em simultâneo, respeita a personalidade individual. Já a “dimensão linguística” permite ao aprendiz adquirir apenas as competências linguísticas necessárias na comunicação, tanto oral como escrita, para se exprimir segundo o código linguístico estabelecido:

Desenvolver a dimensão intercultural do ensino de línguas é reconhecer os seguintes objectivos: dar ao aluno uma competência que seja tanto intercultural como linguística; prepará-lo para relações com pessoas de outras culturas; permitir que o aluno compreenda e aceite estas "outras" pessoas como indivíduos com diferentes pontos de vista, valores e comportamentos; e ajudar o aluno a entender a natureza enriquecedora deste tipo de experiências e relacionamentos (Byram *et al.*, 2002, p. 10).

De igual modo, Windmüller (2010) interessou-se pela legitimação metodológica da competência cultural e intercultural no ensino/aprendizagem das línguas. O autor menciona que a língua dá a capacidade ao aprendiz de adaptar o seu discurso aos diversos contextos situacionais e de evoluir, abrindo desta forma vias novas para os parâmetros sociolinguísticos e socioculturais da comunicação. Esta mudança metodológica origina uma nova dimensão cultural no ensino e introduz a problemática à volta da complementaridade metodológica entre os objectivos e os conteúdos culturais. Para melhor entender a questão do ensino de línguas, é de importância capital a compreensão da relação língua e cultura.

Relação língua e cultura

Para entrar na natureza da relação que existe entre língua e cultura, procuramos abordar primeiro o conceito da cultura e depois o de língua para, em seguida, estabelecer a associação que se impõe.

A cultura é um conjunto de representações, julgamentos ideológicos e sentimentos transmitidos dentro de uma comunidade. O sociólogo Rocher (1995, p. 15) define a cultura como sendo “o conjunto ligado de maneiras de pensar, sentir e agir, mais ou menos formalizadas que, sendo aprendido e partilhado por uma pluralidade de pessoas, serve, de uma forma objectiva e simbólica, para constituir estas pessoas numa determinada comunidade distinta”.

Segundo Dubois *et al.* (2012, p. 128), “La culture comprend ainsi notamment toutes les manières de se représenter le monde extérieur, les rapports entre les êtres humains, les autres peuples et les autres individus. Y entre aussi tout ce qui est jugement explicite ou implicite porté sur le langage ou par l'exercice de cette faculté”².

A cultura é também um direito que todo indivíduo tem. Conforme o artigo 5.º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, “os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes”. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como define o artigo 27.º da Declaração Universal de Direitos Humanos e os artigos 13.º e 15.º do Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

A língua, por conseguinte, é um facto social que assume a principal função de comunicação entre os membros que a falam. É considerada um sistema de relacionamentos ou, mais precisamente, um conjunto de sistemas ligados uns aos outros, cujos elementos (sons, palavras, etc.) não têm valor independentemente das relações de equivalência e oposição que as ligam (Dubois *et al.*, 2012, p. 268).

No sentido mais comum, a língua é um instrumento de comunicação, um sistema de sinais de voz específico para os membros de uma comunidade, portanto, um sistema de sinais cuja operação se baseia numa série de regras e restrições. É, neste caso, um código que permite estabelecer a comunicação entre um emissor e um receptor. É de igual modo um direito conforme a UNESCO (2002, p. 3):

toda a pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda a pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente a sua identidade cultural; toda a pessoa deve poder participar na vida cultural que escolher e exercer as suas próprias práticas culturais, nos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

² Tradução livre dos autores: “a cultura, portanto, inclui todas formas de representar o mundo exterior, as relações entre seres humanos, outros povos e outros indivíduos. Também inclui tudo o que é julgamento explícito ou implícito sobre a linguagem, ou pelo exercício dessa faculdade”. (Dubois *et al.*, 2012, p.168)

Podemos dessa forma entender que a função fundamental da língua é expressar a cultura para permitir a comunicação social. Neste sentido, Katesi (1988, p. 2) afirma que “a relação língua e cultura é enraizada no seio da sociedade, onde os membros da sociedade partilham uma identidade cultural transmitida de geração em geração de várias formas, através da educação na sua própria língua”.

Perspectiva intercultural no ensino/aprendizagem de línguas

O ensino intercultural é imprescindível nos dias actuais devido à socialização aberta. Segundo Candau (2012, p. 242), “a interculturalidade é concebida como um elemento fundamental na construção de sistemas educativos e sociedades que se comprometem com a construção democrática, a equidade e o reconhecimento dos diferentes grupos socioculturais que os integram”. Afirma ainda a autora que “a perspectiva intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, e trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico, assumindo os conflitos que emergem deste debate” (p. 245)

Para Scheyerl *et al.* (2014), é relevante ressaltar também que um ensino a partir de uma perspectiva intercultural ultrapassa a compreensão estrutural da língua porque está na sua essência estabelecer diálogos entre sujeitos que se empenham em construir contextos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interacção. Os autores entendem que educar sob uma perspectiva intercultural é um grande desafio, pois traz à tona questões sensíveis do mundo em que vivemos e que são omitidas nos livros didáticos.

Na visão de Ramos (2009, p. 19), a abordagem intercultural apresenta as seguintes exigências:

- um esforço contra o etnocentrismo, os estereótipos e os preconceitos;
- um trabalho de descentração e de metaconhecimento da sua própria identidade cultural e do papel que ela desempenha na construção identitária, obrigando a reflectir sobre a sua cultura, sobre a sua própria identidade cultural;
- a promoção de um novo modelo de comunicação, de negociação e de gestão da diversidade cultural;
- O desenvolvimento de processos reflexivos, modelos pedagógicos e competências que contribuam na construção de sociedades democráticas e equitativas e de cidadãos e profissionais implicados e responsáveis, que permitam fazer face às diferentes e

complexas situações que encontram na sociedade e no mundo do trabalho e favoreçam o trabalho em equipe e inter/multidisciplinar e não apenas a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de uma simples profissão;

- a promoção da comunicação e da cooperação com os outros nas diferentes actividades humanas;
- aprender a dialogar com as outras culturas e aprender a conhecer o Outro e as suas tradições e culturas;
- aceitar negociar e propor compromissos de modo a evitar comportamentos de rejeição ou de assimilação.

Por seu turno Sequeira e Boni (2019, p. 399) referem:

a perspectiva intercultural na aprendizagem de línguas estrangeiras revela-se uma área híbrida, heterogénea e multidisciplinar. Deste modo, a abordagem comunicativa intercultural crítica constitui uma nova área de investigação dentro dos estudos de ensino/aprendizagem de línguas, que se tornou relevante na nova orientação teórica que evoluiu de uma concepção de comunicação funcional para outra de índole mais educativa que almeja a boa comunicação tendo em vista a paz global.

No que concerne à comunicação intercultural, Ramos (2011) afirma ser um fenómeno interactivo que vai além das interacções orais, considerando os vários entendimentos que possam ser alcançados com uma comunicação eficaz através do desenvolvimento de competências sociais, culturais, pedagógicas e comunicacionais, baseadas nas experiências decorrentes da diversidade cultural mantendo o equilíbrio entre o individual e o universal.

Nessa situação, o ensino de línguas tem a responsabilidade de ensinar competências, atitudes e conhecimentos para possibilitar a interacção com pessoas de outras culturas. O termo “competência” designa, na abordagem de linguistas da Escola de Praga, “Le système de règles intériorisé par les sujets parlants et constituant leur savoir linguistique, grâce auquel ils sont capables de prononcer ou de comprendre un nombre infini de phrases inédits” (Dubois *et al.*, 2012, p. 100)³.

A competência de um sujeito falante do (francês ou inglês) explica a capacidade de construir, reconhecer e compreender frases gramaticais, detectar e interpretar frases ambíguas e produzir novas frases.

³ Tradução livre dos autores: “o sistema de regras interiorizado por sujeitos falantes e constituindo seu conhecimento linguístico, graças ao qual eles são capazes de pronunciar ou entender um número infinito de frases inéditas. (Dubois *et al.* , 2012, p.100)

No âmbito da interculturalidade, de acordo com Byram *et al.* (2002, p. 13), a competência comunicativa intercultural baseia-se na curiosidade e abertura, na capacidade de rever a desconfiança por outras culturas e a fé na própria cultura. Por outras palavras, é preciso relativizar os seus próprios valores, crenças e comportamentos, aceitar que estes não são necessariamente os únicos possíveis e os únicos que são claramente válidos, e aprender a considerá-los do ponto de vista de um estranho, com um conjunto diferente de valores, crenças e comportamentos. Os mesmos autores elencam as seguintes componentes que fazem parte desta competência:

- Pontos de vista e abordagens interculturais (“savoir être”): curiosidade e abertura, atitude de revisar a desconfiança de outras culturas e a fé na própria cultura. É, em outras palavras, um desejo de relativizar os próprios valores, crenças e comportamentos, de aceitar que eles não são necessariamente os únicos possíveis e os únicos obviamente válidos, e aprender a considerá-los do ponto de vista de uma pessoa externa, com um conjunto diferente de valores, crenças e comportamentos. Isso também pode ser chamado de capacidade de “descentralizar”.
- Conhecimentos (“savoirs”): conhecimento de grupos sociais, seus produtos e práticas, tanto no próprio país como no do interlocutor: conhecimento, também, de interações gerais entre sociedades e indivíduos. Assim, o conceito de "conhecimento" pode ser definido como uma dupla entidade: por um lado, o conhecimento dos processos sociais e, por outro, o conhecimento dos elementos que são a tradução concreta destes processos e produtos – esta segunda componente abrangendo o conhecimento da visão que outros provavelmente têm de si, e algum conhecimento dos outros;
- A capacidade de interpretação e conexão (“savoir comprendre”): a capacidade geral de interpretar um documento ou evento relacionado com outra cultura, de os explicar e de os conciliar com documentos ou eventos relacionados com a própria cultura;
- A capacidade de aprender e interagir (“savoir apprendre/faire”): é a capacidade de adquirir novos conhecimentos sobre uma determinada cultura e práticas culturais, e de lidar com conhecimentos, perspectivas e competências sob os constrangimentos da comunicação e interação em tempo real;
- A visão crítica a nível cultural (“savoir s’engager”): é a capacidade de avaliar criticamente e com base em critérios explícitos - as opiniões, práticas e produtos do próprio país e de outras nações e culturas. Tem a ver com uma competência de cidadania que desenvolve a capacidade de intervenção no mundo.

Viver, trabalhar, comunicar e educar em contexto multicultural exige o desenvolvimento de um conjunto diversificado destas competências que, segundo o Quadro Europeu se dividem em competências individuais do aprendente e de índole mais social quer de natureza intercultural quer de natureza de intervenção cidadã.

Na visão de Cabecinhas e Cunha (2008), a diversidade cultural contribui para enriquece as sociedades de forma substancial, contribuindo para a sua própria sobrevivência. No passado, a aprendizagem da cultura limitava-se ao estudo da civilização e da língua estrangeira. Passando a abordagem comunicativa que dava maior ênfase à língua, o interesse pelo lugar que a cultura ocupa no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras evoluiu bastante de modo que a competência intercultural está agora no centro da aprendizagem de línguas estrangeiras. Segundo a UNESCO (2002, p. 3),

a diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória.

Considerações finais

Neste artigo, procurámos a compreensão da competência intercultural em contexto de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras na revisão da literatura. Considerou-se nesta pesquisa que a perspectiva intercultural no ensino/aprendizagem de línguas é imprescindível tendo em conta a responsabilidade do ensino de línguas na preparação dos alunos para a interacção com pessoas de outras culturas, ao pretender ensinar-lhes as competências, atitudes e os conhecimentos necessários para tal finalidade.

Sublinhou-se o desenvolvimento da dimensão cultural através de competências tanto culturais como linguísticas que permitam o relacionamento com pessoas de outras culturas, compreendendo e aceitando outras culturas como referem Byram e al. (2002). Viu-se que, na visão de Candau (2012), o ensino intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, trabalhando a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico e assumindo os conflitos que emergem deste debate. Num modelo de comunicação e de negociação, o etnocentrismo, os estereótipos e os preconceitos serão reduzidos.

Em suma, no ensino de línguas estrangeiras, a apreensão da diversidade cultural e a perspectiva intercultural reenviam aos conceitos de reciprocidade, de complexidade, de complementaridade e de facto social total (Devereux, 1992; Mauss, 1950; Morin, 2015). Neste

processo o Professor joga um papel fundamental do mediador cultural, orientador do processo de ensino e aprendizagem. O desenvolvimento de competências comunicativas interculturais, visões e abordagens interculturais, o conhecimento de grupos sociais, a capacidade de interpretação e de conexão, de aprender, de interagir e a consciência crítica intercultural são centrais para o sucesso da sua missão.

Referências Bibliográficas

- Araújo, A. P. d. (2012). QECR E O Ensino de Português Língua Estrangeira: Autonomia e Alteridade. https://vpn.uab.pt/https/s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37947639/QECR_e_o_ensino_de_Portugues_Lingua_Estrangeira.pdf?
- Byram, M., Gribkova, B., & Starkey, H. (2002). Développer la dimension interculturelle de l'enseignement des langues. *Conseil de L'Europe*, 45. <https://vpn.uab.pt/http/jl.vidalenc.free.fr/articles/curriculum-europe.pdf>
- Byram, M., & Wagner, M. (2018). Making a difference: Language teaching for intercultural and international dialogue. *Foreign Language Annals*, 51(1), 140-151. <https://vpn.uab.pt/https/onlineibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/flan.12319>
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2008). *Comunicação Intercultural, Perspectivas. Dilemas e Desafios* (Campos das Letras ed.). https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34392/1/RC_LC_comunicacao_interculturala.pdf
- Candau, V. M. F. (2012). Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, 33, 235-250. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000100015&nrm=iso
- Clanet, C. (1993). *L'interculturel: Introduction aux approches interculturelles en education et sciences humaines*. Press Universitaire du Mirail.
- Devereux, G. (1977). *Essais d'ethonopsychiatrie générale*. Gallimard.
- Dubois, J., Giacomo, M., Guespin, L., Marcellesi, C., Marcellesi, J.-B., & Mevel, J.-P. (2012). *Le Dictionnaire de Linguistique et des sciences du Langage*. Larousse.
- Katesi, Y.-Y. K. (1988). Langue et identite culturelle en afrique. *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente*, 43(2), 192-212. <http://www.jstor.org/stable/40760252>
- Neuner, G. (2003). Les mondes socioculturels intermédiaires dans l'enseignement et l'apprentissage des langues vivantes. In *La compétence interculturelle*. Conseil de l'Europe. <https://rm.coe.int/16806ad2de>
- Ramos, N. (2009). Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural: políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*, 9-32. <https://vpn.uab.pt/https/repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10555/1/Diversida>

[de%20Cultural%2C%20Ed.%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Intercultural%202009.pdf](#) (Revista Educação em Questão)

- Ramos, N. (2011). Educar para a interculturalidade e cidadania: Princípios e desafios. *Educação e formação de adultos: políticas, práticas e investigação*, 189-200. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5834/1/Educar%20para%20a%20interculturalidade.pdf>
- Ramos, N. (2013). Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>
- Rocher, G. (1995). *Culture, civilisation et idéologie*. J.-M. Tremblay. <http://societude.free.fr/Bibliographie/Syntheses/ROCHER%20-%20culture%20civilisation%20ideologie.pdf>
- Scheyerl, D., Barros, K., & do Espírito Santo, D. O. J. E. I. e. I. (2014). A perspectiva intercultural para o ensino de línguas: propostas e desafios (the intercultural perspective to language teaching: proposals and challenges). (50).
- Sequeira, R. M., & Boni, V. V. (2019). Os contornos da mediação intercultural na educação contemporânea: delineamentos e projeções. Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação, Braga.
- UNESCO. (1996). *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*. UNESCO. http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf
- UNESCO. (2002). *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Organizações das Nações Unidas. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf
- UNESCO. (2005). *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef_0000149742
- Windmüller, F. (2010). Pour une légitimation méthodologique de la compétence culturelle et interculturelle dans l'enseignement/apprentissage des langues. *Synergies Chine*(5), 133-145. <https://vpn.uab.pt/https/www.academia.edu/download/33573505/florence.pdf>